



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001674/2023-82

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Parceria em Investimentos

UNIDADE: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Consulta acerca da competência de regulação dos serviços de abastecimento no município de Caçapava. Demanda atendida. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00267/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão prestou esclarecimentos sobre o pedido inicial, informou que o Estado de São Paulo e o Município de Caçapava assinaram o Convênio 247/2008 que define que as competências de regulação e forneceu o endereço eletrônico para consulta das informações sobre o convênio em transparência ativa. Insatisfeito o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, alegando que não encontrou os documentos relativos ao Convênio 247/2008 no link encaminhado.
3. Esta Coordenadoria analisou os documentos contidos no endereço eletrônico indicado e constatou que as informações relativas ao referido convênio estão disponibilizadas. Cientificado, o cidadão não mais se manifestou.
4. Em análise do caso em apreço, verifica-se que o órgão atendeu o pedido do requerente.
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto nº 66.850/2022.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 08 de agosto de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 08/08/2023, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site